



SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo
ECA/USP – São Paulo – Novembro de 2017

Precarização do trabalho jornalístico no “Diário Catarinense”: Estudo de caso do período de 2014-2016

Samuel Pantoja Lima¹
Mônica Custódio²

Resumo: No período compreendido entre 2014 e 2016, o Diário Catarinense (DC) passou por uma série de transformações, dentre as quais se destacam a redução considerável do quadro de jornalistas e a venda da fatia catarinense do Grupo RBS, em 2016, do qual fazia parte. Como apontam Mick e Lima (2013), a precarização das condições de trabalho do jornalista pode ser aferida por, pelo menos, cinco indicadores: a) jornada de trabalho excessiva; b) intensidade do trabalho; c) vínculo precário; d) remuneração; e, e) a prática da multifunção. Esses indicadores foram utilizados para aferir os níveis de precarização das condições de trabalho dos jornalistas no maior jornal impresso de SC. A metodologia contemplou pesquisa bibliográfica, documental, além de entrevistas em profundidade. O impacto dessa mudança de propriedade também pode ser percebido nas entrevistas com os jornalistas (quatro dos 16 entrevistados), que ainda permanecem no DC.

Palavras-chave: Pesquisa em jornalismo, profissão, indicadores de precarização.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é analisar as condições de trabalho dos jornalistas do *Diário Catarinense* — periódico com maior tiragem no estado de Santa Catarina — durante o período compreendido entre os anos de 2014 e 2016, a partir da percepção dos trabalhadores e trabalhadoras sobre o processo, à luz do conceito e indicadores de precarização.

A pesquisa tem como recorte temporal inicial o ano de 2014, quando o corte de gastos promovido pelo Grupo RBS ganhou destaque na mídia devido ao episódio no qual 120 funcionários foram demitidos em um mesmo dia (CUNHA, 2014). O marco final é o ano de 2016, quando foi anunciado um acordo entre os acionistas da RBS e os empresários Lúcio Parisotto e Carlos Sanchez, do Grupo NC (área de fármacos), juntamente com outros

¹ É professor do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS/UFSC) e do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC).

² Jornalista, graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina.

investidores, para a compra das operações de televisão, rádio e jornal que atuavam sob a marca RBS em Santa Catarina, dando início a um período de incertezas sobre o futuro do *Diário Catarinense*.

A metodologia escolhida para o trabalho foi o estudo de caso — a qual, de acordo com Gil (2010), permite a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos. Utilizou-se a técnica de entrevista em profundidade — que Duarte (2015) descreve como uma técnica qualitativa que explora determinado assunto visando a busca de informações que serão analisadas e apresentadas de forma estruturada — assim como outros procedimentos metodológicos previstos pelo estudo de caso, como pesquisa bibliográfica e documental. Inicialmente, o trabalho também previa uma etnografia (técnica de observação participante), que seria realizada na redação do *Diário Catarinense*. No entanto, não conseguimos autorização do jornal para realizá-la.

Foram entrevistados 16 jornalistas – todos passaram pelo *Diário Catarinense* e quatro deles ainda trabalham no jornal. Os entrevistados/as não foram selecionados aleatoriamente, mas de acordo com os objetivos do estudo. Assim, foram levantados os nomes de profissionais que pudessem contar a história do jornal e que entendessem seu funcionamento. As entrevistas tiveram, em média, 1h de duração e foram gravadas entre os meses de setembro e novembro de 2016. Buscou-se, também, abranger as diversas funções desenvolvidas em uma redação de jornal. Foi utilizado um roteiro, que poderia ser flexibilizado de acordo com o rumo da entrevista. Por uma questão de proteção de identidade (a pedido das fontes), os entrevistados não serão identificados pelo nome ao longo do artigo, mas por números (1, 2, 3...).

2. TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

A situação de trabalho dos jornalistas nas redações revela um processo de transformação nas relações de trabalho mais profundo do que atualmente se debate. Se olharmos para a evolução das relações de trabalho no último século, percebemos que as

transformações no mundo de trabalho — mesmo em um universo como é o caso das indústrias automotivas do início do século XX — explicam, em larga medida, o que vivemos hoje nas corporações, e em todos os setores da economia. Diante dessas influências, o trabalhador assalariado passou por um contexto de flexibilização das condições de trabalho até a precarização delas, no momento presente.

Autores como Antunes (2011) e Harvey (1992) compreendem os anos 1970 como marco para analisar as condições de trabalho atuais. Foi nessa década que, conforme Harvey (1992, p. 119), teve início o colapso do sistema fordista-keynesiano, dando origem a “um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza”.

O marco do fordismo é 1914, ano em que o norte-americano Henry Ford estabeleceu as jornadas de oito horas e cinco dólares de pagamento aos trabalhadores de sua linha de montagem localizada em Michigan (EUA). Apesar de voltado às fábricas automotivas, esse modelo expandiu-se para outros setores, em um período caracterizado pela modernização das cidades. No modelo de produção fordista, o trabalhador era altamente especializado, o que resultava em um desconhecimento de outras funções e do funcionamento geral da fábrica. O ambiente de trabalho era caracterizado por uma hierarquia rígida, vertical, que aprofundava o fenômeno da alienação.

No entanto, nas décadas de 1960 e 1970, teve início uma crise de superacumulação, que “tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (HARVEY, 1992, p. 135). Para o autor, essa incapacidade está relacionada à rigidez do processo produtivo e à resistência coletiva da classe trabalhadora. Então, delimitou-se um novo modelo de produção: a acumulação flexível. O autor a descreve como:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. (...) A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY,

1992, p. 140).

A década de 1980 é descrita como um período de “grande salto tecnológico”, em que “a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o espaço fabril” (ANTUNES, 2011, p. 23). A partir dessa década, o fordismo passou a mesclar-se com outros processos produtivos e novos processos de trabalho emergiram. Nesse novo contexto, o cronômetro e a produção em série são substituídos pela flexibilização.

3. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO JORNALÍSTICO

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho impactaram profundamente o jornalismo. Com a vigência do regime de acumulação flexível, a precarização das condições de trabalho dos jornalistas foi acentuada. Para não ficar desempregado, esse profissional precisa estar em constante atualização e também estar “apto” para desenvolver múltiplas funções.

Mick (2013) observa que é difícil apontar indicadores de precarização das condições do trabalho jornalístico no Brasil. Para isso, o pesquisador elenca quatro motivos. Em primeiro lugar, a precarização afeta tanto os contratos protegidos pela legislação quanto os informais. Em segundo lugar, é difícil aferir e comparar as mudanças ao longo do tempo. Noutro sentido, existem dimensões individuais e coletivas do fenômeno. Por fim, a percepção da precarização varia entre os trabalhadores.

De acordo com Mick e Lima (2013), a precarização das condições de trabalho do jornalista pode ser aferida por, pelo menos, cinco indicadores: a) jornada de trabalho excessiva; b) intensidade do trabalho; c) vínculo precário; d) baixos salários; e, por último, e) multifunção. Esses indicadores serão utilizados, mais adiante, para verificar se há ou não precarização das condições de trabalho dos jornalistas no *Diário Catarinense*.

Mas, para entendermos como se chegou a esse cenário de precarização das condições de trabalho do jornalista, é preciso antes compreender a passagem do jornalismo artesanal ao empresarial e a informatização das redações.

3.1. Do jornalismo artesanal ao empresarial

A profissionalização do trabalho do jornalista no Brasil ocorre somente no século XX. Sodré (1999) aponta que, no início, o jornalismo brasileiro era feito por literatos, de maneira mais fragmentada e artesanal. No século XIX, o conteúdo era voltado à política, contudo mudaria no século seguinte. Com a industrialização, a imprensa tornou-se mais sistematizada, com os profissionais desenvolvendo atividades definidas e separadas, como reportagem, copidesque e fotografia. Eram características de produção que se aproximavam do modelo fordista. Foi nesse cenário que, de acordo com o autor, ocorreu a passagem gradativa da pequena à grande imprensa.

Os jornais se tornaram empresas e, com isso, surgiram também organizações representativas dos trabalhadores. Nas décadas seguintes, a profissão ganhou contornos mais definidos: o Decreto-Lei 910, de 1938, fixou em 5 horas diárias a jornada de trabalho do jornalista, dentre outras atribuições. Outros marcos importantes são os Decretos-Lei 7037, de 1944, que dispõe sobre a remuneração mínima dos que trabalham em atividades jornalísticas; e o DL 972, de 1969, que restringe o registro profissional aos graduados em cursos superiores de jornalismo.

Esse modelo de redação hierárquico, com divisão rígida de tarefas, foi vigente no Brasil até meados da década de 1980, quando se pôde perceber um movimento de informatização que foi se intensificando nas décadas seguintes.

3.2. A inserção de novas tecnologias no jornalismo

Baldessar (1998) identifica que o desenvolvimento da tecnologia na área da comunicação começa na primeira metade do século XIX, período que coincide com a expansão e consolidação do capitalismo no mundo.

A Primeira Guerra Mundial também ajudou a impulsionar o uso do telefone e do telégrafo nos Estados Unidos, França e Inglaterra. As empresas jornalísticas desses países tornaram os equipamentos comuns no cotidiano dos profissionais, o que só ocorreu no Brasil após os anos 1930. Somente na década seguinte as empresas jornalísticas brasileiras passaram

a exigir que todos os jornalistas escrevessem à máquina. A câmera fotográfica também só foi popularizada no Brasil após a Segunda Guerra Mundial.

O computador “só chega nas redações brasileiras na década de 1980 e seu uso só se intensifica na de 1990” (BALDESSAR, 1998, p. 44). Com a crise do capitalismo ocorrida na década de 1970, já evidenciada por autores como Harvey (1992), as empresas veem na tecnologia uma maneira de aumentar a produtividade dos jornalistas.

3.3. Impacto das novas tecnologias no trabalho do jornalista

Analisando as mudanças no cotidiano dos jornalistas a partir da chegada do computador nas redações dos jornais, Baldessar (1998) escreve:

Ele [o computador] é recebido primeiro com medo, depois este cede lugar ao encantamento. O computador facilita a execução das tarefas e inegavelmente, melhora o visual do ambiente de trabalho. Para obter maior desempenho das máquinas e garantir a produção, a redação é climatizada. O computador acaba com o matraquear das máquinas de escrever, trazendo silêncio e limpeza (BALDESSAR, 1998, p. 16).

Nesse contexto, os jornalistas, que antes tinham funções bem definidas, tiveram que se adaptar a uma nova realidade profissional. Primeiro, para aprenderem como utilizar o computador. Depois, para lidarem com a intensificação do trabalho. Agora, o jornalista deveria ser “polivalente, capaz de apurar, redigir, revisar e diagramar, o que antes era feito por diversas pessoas. Além disso deve ter conhecimentos de outros idiomas e de informática, condições indispensáveis para o mercado” (BALDESSAR, p. 24).

Para além do salário e da jornada de trabalho, deve-se considerar também que o regime de acumulação flexível ocorreu paralelamente ao advento da tecnologia. Nesse contexto, os computadores foram inseridos nas redações. O jornalista, que antes escrevia o texto para o jornal impresso, a partir da década de 1990 também precisa escrever para o site da empresa, tirar fotos e gravar vídeos para ilustrar o texto, revisá-lo, dentre outras atividades.

Mick e Ribeiro (2015) identificam um perfil que tem sido legitimado no jornalismo: o do repórter multimídia, que “produz materiais diferentes, sobre o mesmo tema, para os

diversos veículos do mesmo grupo jornalístico” (MICK e RIBEIRO, 2015, p. 3). No Grupo RBS, objeto de pesquisa dos autores, a iniciativa foi rejeitada em um primeiro momento, mas acabou naturalizada.

4. DIÁRIO CATARINENSE: Reestruturação e indicadores de precarização

De acordo com o site oficial do Grupo RBS, “o *Diário Catarinense* (DC) foi o último projeto idealizado pelo fundador do Grupo RBS, Maurício Sirotsky Sobrinho”. A vinda do Grupo RBS para Santa Catarina, primeiramente com a televisão, em 1979, e depois com o impresso, aconteceu em uma época de valorização do jornalismo. A empresa, que já dominava o mercado da comunicação no Rio Grande do Sul, pretendia expandir os negócios para outros estados.

A contratação dos jornalistas que viriam a fazer parte do *Diário Catarinense* começou em dezembro de 1985. Era uma equipe grande e mista – a maioria catarinenses e gaúchos – que contava tanto com profissionais já renomados no mercado quanto com alguns recém-saídos da universidade. O jornal abriu com sucursais nas principais cidades catarinenses – Criciúma, Lages, Chapecó, Blumenau e Joinville – na tentativa de concorrer com a imprensa local. Era um investimento que contrastava com as condições de trabalho oferecidas por outros jornais catarinenses da mesma época:

Cada sociedade tem o jornal que reflete o seu estágio naquele momento, e aqui só tinha o jornal *O Estado*, que era da oligarquia local. Joinville tinha *A Notícia*, Blumenau tinha o *Santa* e aqui tinha o *Estado*, que já estava em decadência e a RBS até tentou comprar, mas não conseguiu. O cenário era provinciano. (...) A RBS, ao entrar em Santa Catarina, deu um upgrade na vida de todo mundo porque Florianópolis só tinha o jornal *O Estado*, que pagava uma miséria. A RBS pagava bem para todos e em dia (Jornalista 2).

Quanto aos salários, nos primeiros anos de *Diário Catarinense* a percepção dos jornalistas oscila entre satisfatória e ruim, variando de acordo com o cargo e com a época. No entanto, a remuneração não parecia ser um impeditivo na decisão de trabalhar no jornal. Já a jornada de trabalho era, no início, de 5h diárias, com pagamento previsto de horas extras — que nem sempre eram pagas, o que levou jornalistas a processarem o jornal.

Além do investimento em grandes equipes e em tecnologia, o Grupo também apostou na eliminação da concorrência — que aconteceu aos poucos, nas décadas seguintes. A partir do ano de 1988 é possível identificar também, com base nas entrevistas, uma perda do otimismo inicial. Alguns entrevistados mencionaram que saíram do jornal por encontrarem outros trabalhos, que proporcionavam salários maiores.

Em 2011, a redação foi transferida para um prédio maior e mais novo, localizado na SC-401, rodovia importante de Florianópolis. A mudança foi recebida com otimismo pelos profissionais, como se pode notar neste relato:

Aquela redação da SC-401 era muito boa primeiro porque integrava as editorias, segundo pelo espaço mesmo. As condições de trabalho eram muito melhores em relação ao prédio de Itaguaçu (Jornalista 11).

Nos últimos anos de permanência no prédio da SC-401, no entanto, alguns indicadores de precarização se acentuaram. Em agosto de 2014, as diferentes editorias do jornal foram separadas de maneira diferente, o que dividiu as opiniões dos jornalistas. As condições de trabalho dos jornalistas a partir desse período é o que analisar na próxima parte do trabalho.

4.3. Condições de trabalho no período 2014-2016

4.3.1. Salários

A maioria dos entrevistados acredita que poderia ter um salário maior, no entanto, ao comparar a remuneração com a de outros veículos da cidade, concluí que não ganhava mal, especialmente para cargos iniciais. Os jornalistas do *Diário Catarinense* recebem o piso dos jornalistas previsto na Convenção Coletiva de Trabalho, além de horas extras incorporadas ao salário.

A principal reclamação, no que diz respeito à remuneração, foi a dificuldade em receber aumentos, promoções e reajuste. Para serem promovidos, em geral os jornalistas precisam recorrer aos cargos de gestão.

As pessoas falam que RBS é a rede de baixos salários. Mas pensando nas outras empresas eu não diria que é um salário ruim. Não é bom, mas também não é ruim. A RBS paga o piso, paga as horas extras adicionais. A principal questão é que você entra com um bom salário inicial, mas lá dentro tem dificuldade de evolução. Passa

anos lá dentro com o mesmo salário, só tem umas atualizações do sindicato. Claro, se vira editor ganha mais, mas nem todo mundo quer ser. O plano de cargos e salários parecia algo mais para dificultar do que para facilitar. O salário não é ruim, mas a evolução é difícil. E. quando finalmente consegue, dão um aumento de 40 reais (Jornalista 10).

Historicamente, digamos, jornalista é uma profissão que você já entra sabendo que não vai ser bem remunerado, que vai trabalhar muito e não vai ter as melhores condições de trabalho. Tradicionalmente a RBS não era um veículo que procurava fazer diferença nesse contexto (Jornalista 13).

4.3.2. Jornada de trabalho excessiva

A jornada de trabalho dos jornalistas do *Diário Catarinense* é de 42h semanais — 8h diárias e um sábado ou domingo trabalhado a cada 15 dias, de acordo com a escala. São 3h a mais do que a jornada de 5h prevista por lei. É comum que a jornada se estenda especialmente para cargos de gestão, que dispensam o uso do cartão de ponto. É uma realidade que vai ao encontro daquela apontada na pesquisa realizada por Mick e Lima (2013), segundo a qual a jornada de trabalho que ultrapassa 5h faz parte da rotina de 43,3% dos jornalistas brasileiros. 45,1% dos profissionais da categoria trabalham mais de 8h e 4,5% mais de 12h diárias.

Quando entrei como editora, não batia mais ponto, e até meu marido brincava que meu horário ia das 14h até o infinito (Jornalista 10).

A jornada de trabalho era muito variada, meu horário trocou várias vezes e você marcava médico para daqui a dois, três meses, porque a Unimed é assim, só que daqui a dois ou três meses tinha um projeto que você tinha que remarcar. Me parece que o senso de responsabilidade do jornalista com o produto final é tão grande que as pessoas abrem mão de tudo. Porque se você não fizer algo toda uma equipe vai estar te olhando. Então as pessoas não iam no médico. Eu não tinha mais vida social.

Me colocaram em um horário das 17h à 1h da manhã. Meu celular era conectado em notícias 24h, era insano. Mas foi uma escolha. Quando saí, descobri que não sabia viver de outro jeito. Eu tive que fazer um detox porque era viciada em conferir as novidades. Hoje a ansiedade informativa já não é tão grande. Isso era consequência direta da rotina que a gente levava (Jornalista 12).

4.3.3. Intensidade do trabalho

A intensidade do trabalho é “impactada de forma direta pela evolução tecnológica dos instrumentos de trabalho (smartphones, tablets e mobiles em geral), estendendo a jornada às

24h do dia” (LIMA, 2015, p. 2). De acordo com os relatos analisados, no *Diário Catarinense* é comum que a jornada se intensifique e estenda também para além do espaço do jornal: a necessidade de continuar respondendo emails, escrevendo e fazendo outras funções voltadas ao trabalho depois do expediente também apareceu nos relatos analisados.

Tenho repórter que trabalha das 11h às 19h, faz as coisas, vai embora e em casa faz gráfico para mandar pro digital. Acho que precariza e acho que existe uma exigência de que isso seja feito. Ao tempo mesmo, é cruel, não vejo isso mudar. Não vejo mais a possibilidade de a gente trabalhar 8h, escrever uma matéria pro jornal e ir embora. Isso não vai acontecer mais (Jornalista 15).

O jornal te suga muito, te quer o tempo inteiro. Estava em algum lugar e tinha que mandar informação, estava em casa e ficava pensando (Jornalista 9).

Tenho a segurança de que não vou ser demitida porque inviabilizaria o jornal. (...) Eu assino como uma função e faço outra. Então isso já é um exemplo de como as pessoas estão sobrecarregadas (Jornalista 15).

4.3.4. Acúmulo de funções (Multifunção)

O acúmulo de funções foi um dos traços de precarização mais evidentes dentre os jornalistas do *Diário Catarinense* que foram entrevistados para este trabalho. De acordo com os relatos, com as demissões e a não-reposição intensificados a partir do ano de 2014, a necessidade de desenvolver funções diversas também cresceu.

Quando eu entrei no online, já tinha acúmulo, alguns meses, talvez um ano antes, tinha toda uma editoria com vários repórteres para fazer o que eu fazia. Aí substitui por um repórter de manhã e um a tarde, todas as demandas do online. Não tinha como. Em 2014, os repórteres começaram a escrever já adaptando o texto para o online (Jornalista 9).

Eu nunca tinha mexido no Indesign e nessa época [na qual precisei começar a diagramar] tive crises de pânico. a pior coisa que me aconteceu nos meus dez anos de RBS foi quando a gente teve que começar a diagramar. Eu tive umas três crises de pânico de ter que descer e chorar copiosamente. Eu sempre fui multitarefa e conseguia trabalhar multimídia, mas teve esse aspecto técnico, sendo que existe a função do diagramador. Eu vinha mais cedo para aprender a mexer nas ferramentas. Foi a pior coisa do acúmulo de função (Jornalista 12).

A gente tem que dominar muito mais coisas agora. Tem que entender de onde vêm as demandas dos leitores, tenho que entender da logística do jornal porque antes tinha alguém que fazia isso. Antes era só editora, agora sou editora de colunista, de plantão, de capa. Tenho multifunções que exigem que eu esteja muito atenta (Jornalista 16).

Mais recentemente, no entanto, após setembro de 2016, quando da mudança da redação do *DC* para o Morro da Cruz, o corte de gastos alcançou também os motoristas, que levavam repórteres e fotógrafos para realizarem as pautas. Foi uma mudança que afetou principalmente o trabalho dos repórteres fotográficos, que passaram a dirigir.

Um ponto que pra mim foi triste foi o corte dos motoristas. (...) A gente foi percebendo que esse momento ia chegar porque foi se pedindo que os nossos fotógrafos fossem dirigindo. Chegou um momento em que o repórter ia com a câmera e dirigindo. Aí não tem. O termo da precarização tá mais que apropriado. Nem se eles dessem uma diária pra gente dirigir. Não vale. (...) Dificultou muito a vida do repórter, é uma preocupação a mais, um stress a mais.

Agora os repórteres e fotógrafos estão dirigindo, demitiram os motoristas. E a gente sabe que a frota está “baleada”. Muitos carros com problema. Uma coisa é você ter um motorista profissional dirigindo um carro com problema, outra é ter uma pessoa que é acostumada a dirigir seu carro particular. Essas coisas não aconteciam.

Eu acho que é uma questão de segurança. Porque os profissionais vão trocando ideias de como fazer a foto e o vídeo. Agora precisa prestar atenção no trânsito. Uma questão que quem dirige está preocupado: as multas vão para carteira de quem? Vão pra carteira da pessoa que dirige. (...) Esses dias alguém me disse que o cara vinha dirigindo e falando com o editor pelo telefone (Jornalista 13).

4.3.5. Infraestrutura

A mudança de redação ocorrida em 2016 precarizou também as condições de trabalho dos jornalistas do *Diário Catarinense* em termos de infraestrutura. Para alguns jornalistas, a mudança para uma redação menor, de mais difícil acesso, é emblemática em relação à perda da relevância do jornal.

Aumentou o período da permanência das pessoas dentro da redação num espaço que não é bom, muita gente amontoadá. (...) Uma coisa que a gente percebeu que a higiene mudou muito quando mudou para a SC-401. Ele começou muito lindo. Depois com a demissão das pessoas das terceirizadas começou a ficar sem papel higiênico. Aqueles trabalhadores responsáveis pela limpeza não estavam conseguindo dar conta de um prédio daquele tamanho. Nessa nova redação tem muito mais gente usando os mesmos banheiros. (...) Aumentou o número de pessoas [no prédio do Morro da Cruz] mas não aumentou o número de trabalhadores para fazer essa função e isso é visível.

(...) Pode ser que em termos de conteúdo até melhora com a proximidade para as outras plataformas. Mas enquanto acomodações... lá [no prédio da SC-401], por

exemplo, tu tinha sala de entrevistas. Ali não tem. Tem pessoas que saem das suas bancadas e vão pra rua para fazer entrevistas com as pessoas, porque a redação é muito cheia. Vão pra rua, ligar do celular (Jornalista 13).

Teve uma mudança recente onde passamos da redação da SC para o morro da TV. A redação da SC-401 era outro mundo. Era absurdamente melhor que a da própria Zero Hora, que é o carro chefe do Grupo RBS. Achava imponente, sensacional, mas sempre achei que não era condizente com o tamanho do jornal.

Também se verificou a perda de outros benefícios, como o vale refeição, que antes poderia ser utilizado em qualquer estabelecimento, como restaurantes e lanchonetes. Agora, os jornalistas têm direito a 30 refeições mensais, que devem ser feitas obrigatoriamente no restaurante da empresa.

Uma coisa que foi bem ruim é que tinha o vale-refeição. Tu recebia teu salário e um cartão e recebia uma quantia de cerca de 300 reais de vale-refeição e utilizava onde quisesse: no restaurante do jornal ou em outro lugar. O que eles fizeram: tiraram esse cartão. E deram o direito a pessoa ter uma refeição por dia lá. Porém todos aqueles que não almoçam na redação, perdeu esse benefício. Então eles tiraram um benefício e não deram uma escolha. Isso chateou muito as pessoas.

4.3.5. SuperAção e problemas de gestão: assédio moral?

Para além dos indicadores de precarização mencionados, os problemas de gestão também apareceram nos relatos dos jornalistas. A empresa utiliza um método de avaliação chamado de SuperAção, no qual líderes e liderados definem objetivos trimestrais que, caso cumpridos, teoricamente devem resultar em aumentos de salário. O SuperAção, no entanto, causa desconforto entre as duas partes, já que os liderados são avaliados por meio de notas. Jornalistas também apontam dificuldade para implementar o método.

Teve alguns momentos ruins com a implantação do SuperAção, que era difícil para as pessoas lidarem. Nós jornalistas temos dificuldade em encontrar métricas para mensurar nossos resultados. É mais qualitativo do quantitativo. Não tinha muitas pessoas que nos orientassem bem (Jornalista 10).

Teve a reestruturação em que se criou o modelo em Y. Quando entra tu segue pro P de profissionais ou L que são as lideranças. Acabou com isso a coisa da barganha. Pro cara pedir aumento na base da barganha. Se implementou a tal meritocracia. (...) Foi injusto, o SuperAção teve uma rejeição altíssima.

Tudo muito motivado por falta de comando, que reflete a incerteza da empresa. A gente fala de precarização do jornalismo e da redação. Mas a gente foi atrapalhado por toda uma bagunça gerada pelo pessoal que comanda a empresa (Jornalista 14).

4.3.6. Venda

Em março de 2016, foi anunciado um acordo entre os acionistas do Grupo RBS e os empresários Lirio Parisotto (que mais tarde abandonaria a sociedade) e Carlos Sanchez, do Grupo NC, juntamente com outros investidores, para a compra das operações de jornal, televisão e rádio que atuavam há 37 anos em SC.

A história do Grupo NC começa na década de 1950, em Santo André, São Paulo, quando Emiliano Sanchez cria a Farmácia Santa Catarina. Nas próximas décadas, o negócio é expandido e passa a desenvolver produtos farmacêuticos, abrindo uma fábrica em São Bernardo do Campo. Surge o Laboratório EMS. Em 1988, adquire o laboratório Legrand. O nome “Grupo NC” surge em 2014, abrangendo o EMS e outros negócios em um conglomerado de 7 mil funcionários.

Até 2016, com a compra da RBS de Santa Catarina, o Grupo NC não tinha atuação no segmento de comunicação. Sobre a venda, Christofolletti (2016) questiona:

A saída da RBS de Santa Catarina foi positiva para os funcionários? Difícil dizer ainda. A depender dos planos de Parisotto, Sánchez e demais investidores. (...) Entretanto, a transição de dois anos deve trazer novos episódios em breve, imaginam alguns. No final das contas, a venda da RBS em Santa Catarina foi uma ótima notícia para seus compradores. Ganham os empresários porque amealham uma marca forte, uma estrutura consolidada e um mercado servil.

Foi anunciado um período de transição de dois anos. As mudanças que têm ocorrido desde a venda são avaliadas como negativas pelos jornalistas – demissões, continuaram a ocorrer, sendo que a dos motoristas acarretou em mais acúmulo de funções para os repórteres fotográficos; mudança para a redação menor; perda de benefícios como o vale refeição. A sensação que predomina, no entanto, ainda é a de “limbo”.

A gente nem tem condições ainda de fazer uma análise [da nova gestão]. A frota do jornal é a mesma, os crachás são os mesmos. Mudou a razão social, mas não dá pra ver. O Facebook não mudou a cara dele. Continua os mesmos editores. Os editoriais continuam sendo escritos pela RBS, vem da Zero Hora, mesmos articulistas. Acho que está um limbo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as 16 entrevistas em profundidade feitas com jornalistas do Diário Catarinense, verificou-se que existe precarização das condições de trabalho desses profissionais. Embora existam traços de precariedade desde a implantação do jornal, é nos relatos dos profissionais empregados a partir dos anos 2000, ou que vivenciaram ambos os períodos, que aparecem com mais frequência os problemas de acúmulo de atividades realizadas, questões de saúde ligadas ao emprego e jornada excessiva. Para além dos indicadores propostos por Mick e Lima (2013), pudemos observar também outros fatores prejudiciais ao trabalho do jornalista, como o método de gestão chamado de SuperAção, que abre caminho para a prática institucionalizada de assédio moral na empresa.

Pode-se dizer que os jornalistas do *Diário Catarinense* se encontram na categoria dos trabalhadores estáveis precarizados, pois, ainda que possuam vínculo formal de trabalho, sofrem de insegurança no emprego, stress e assédio moral. Da mesma forma, a venda ocorrida em 2016 não representou melhoria nas condições de trabalho para os jornalistas do DC. Pelo contrário, o contínuo corte de gastos, demonstrado em ações como a mudança da redação para um espaço menor, a demissão de motoristas e a perda de benefícios, deixa evidente que melhorar as condições de trabalho dos funcionários não está entre os planos dos novos donos do jornal.

O *Diário Catarinense* é um caso emblemático que representa, de certo modo, o momento adverso pelo qual passam os jornalistas, do ponto de vista das condições de trabalho, nas principais redações do país. Além de ser o maior jornal em circulação no estado de Santa Catarina, o Grupo NC agora detém outros diários importantes no estado, como o A Notícia, de Joinville, e o Jornal de Santa Catarina, de Blumenau – que a rigor devem repetir as mesmas práticas de gestão e condições precarizadas de trabalho.

Na atualidade, o modelo de produção nas redações tende para aquele da acumulação flexível descrito por Harvey (1992), no qual a tendência é a de que trabalhadores possam ser demitidos e contratados conforme for conveniente à empresa. É um caminho de precarização das condições de trabalho prejudicial à classe trabalhadora, e em particular aos profissionais do jornalismo.

Isso porque, ao trabalhar em condições de jornada excessiva, multifunção e trabalho intenso, dentre outras características que descrevemos, o/a jornalista é privado de explorar o potencial do jornalismo como forma social de conhecimento. Essas condições também dificultam que o profissional tenha tempo para refletir sobre sua prática, sobre o papel que tem na sociedade.

Os processos industriais aplicados ao jornalismo, que se intensificam no século XXI, têm precarizado as condições de trabalho dos jornalistas nas redações. A partir das informações levantadas sobre o caso do *Diário Catarinense*, esperamos ter contribuído para o debate sobre esse cenário.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**. São Paulo: Cortez, 2011.

BALDESSAR, Maria José. **A mudança anunciada: o cotidiano dos jornalistas e a revolução informacional**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Quem ganha com a venda da RBS de SC?**, publicado em março de 2016. Disponível em <<https://objethos.wordpress.com/2016/03/07/ponto-de-vista-quem-ganha-com-a-venda-da-rbs-de-sc/>>, acessado em maio de 2016.

CUNHA, Luiz Cláudio. **A tesoura que assombra a RBS**, publicado em setembro de 2014, disponível em <<http://www.jornalja.com.br/a-tesoura-que-assombra-a-rbs/>>. Acessado em maio de 2016.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUPO RBS. Nossas empresas - Diário Catarinense. Disponível em <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/diario-catarinense/>>. Acessado em junho de 2016.

_____. **RBS anuncia venda de operações de mídia em Santa Catarina**, publicado em março de 2016, disponível em <<http://www.gruporbs.com.br/noticias/2016/03/07/rbs-anuncia-venda-de-operacoes-de-midia-em-santa-catarina/>>. Acessado em maio de 2016.

_____. **Jornais do Grupo RBS em Santa Catarina estão de cara nova**, publicado em agosto de 2014. Disponível em <<http://www.gruporbs.com.br/noticias/2014/08/05/jornais-do-grupo-rbs-em-santa-catarina-estao-de-cara-nova/>>. Acessado em junho de 2016.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HELOANI, Roberto. **O trabalho do jornalista**: estresse e qualidade de vida. *Interações*. V. 12, n. 22. São Paulo, 2006.

MICK, Jacques. A precarização e o trabalho dos jornalistas brasileiros. In.: **11º encontro nacional de pesquisadores em jornalismo SBPJor**, 2013, Brasília.

MICK, Jacques, RIBEIRO, Ângelo Augusto. A legitimação da multifuncionalidade: O caso dos repórteres multimídia no Grupo RBS (1999-2004). In: **13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo SBPJor**, 2015, Campo Grande. *Pesquisa em Jornalismo e reconfiguração de fronteiras: tensões, interfaces e diálogos*. Campo Grande.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.